

Desinformação e Falsas Etimologias na Internet: As Legitimidades da Língua do Povo¹

Gabriel Contini Abilio ²

Resumo

O campo da linguagem cotidiana sempre foi parte das disputas políticas, internas e externas, de um povo, que ocorrem continuamente. Uma vez que as palavras de uma língua carregam consigo as histórias de um povo, assim como sua forma de cognição, a forma com que se apresenta a etimologia destas confere autoridade sobre estes campos, tão importantes no que tange a identidade de um povo. Assim, informações errôneas sobre os estudos de etimologia, divulgadas principalmente por meio da internet, trabalham como desordens informacionais ou até *Fake News* e viram parte de uma disputa pela legitimidade sobre a forma de falar e de pensar de uma população.

Palavras-chave

Desordens informacionais; Falsas etimologias; Disputa política na língua, Identidade linguística.

Introdução – A língua é histórica e política

Abundam na internet, principalmente nas redes sociais, publicações com títulos e chamadas como “A Verdadeira Origem da Expressão ...” ou “Expressões que Você Sempre Usou Errado”, além daquelas em caráter de censura, com chamadas iniciando com algo como “Porque Não Se Deve Dizer ...”. Tais conteúdos, sejam em vídeos ou em textos, normalmente se valem do uso de etimologias para justificar suas alegações, perscrutando (supostas) origens das palavras para criar uma narrativa (supostamente) histórica e cultural a

¹ Trabalho apresentado no painel 22 - Estudos Linguísticos/literários e Computação no âmbito das Humanidades Digitais, do XVI Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Universidade Federal de Santa Maria/RS, realizado nos dias 04 a 07 de dezembro de 2023.

² Graduado em Comunicação Social (UFT) e Licenciatura em História (CLEUCAR), cursando mestrado em Comunicação e Sociedade (UFT). E-mail: comunicador.abilio@gmail.com

seu respeito e justificar essa argumentação, iniciada na chamada.

Todavia, em sua imensa maioria, além dos títulos sensacionalistas, essas postagens de conteúdo carregam diversas informações inverídicas, fazendo com que a publicação como um todo atue como uma desordem informacional. Facilmente encontram-se conteúdos (des)informando expressões, tais como que a expressão “Quem não tem cão caça com gato” deveria ser na verdade “Quem não tem cão caça **como** gato”, ou que a expressão “Cuspido e escarrado” seria, na verdade, “Esculpido em Carrara” (em referência ao mármore italiano da região de Carrara, supostamente bom para trabalhos de escultura).

Da mesma forma, por motivos de empoderamento racial ou de gênero, encontram-se falsas etimologias como, por exemplo, a argumentação para a alteração de termos como “Criado-mudo”, alegando-se que o nome do móvel viria de uma figura de homem escravizado dos tempos coloniais da América Portuguesa, obrigado a servir como um móvel nos aposentos de um senhor de engenho durante a noite, segurando um copo de água para em caso de sede de seu amo, afirmando que o nome deveria correto deveria ser “mesinha de cabeceira”, ou que a expressão “feito nas coxas” seria, supostamente, uma referência à confecção de telhas de barro que seriam fabricadas usando como molde as coxas de pessoas negras escravizadas do período colonial, que assim ficariam disformes, sendo assim sinônimo de algo mal feito.

Diversas dessas postagens apresentam propósitos nobres, como o empoderamento de minorias pela substituição do vocábulo popular em uma cognição mais aberta às veias da diversidade, mas se encontram atreladas ao uso de informações falsas a cerca da etimologia de palavras e expressões da língua portuguesa. Claramente, esses conteúdos atuam como parte de uma disputa por poderes simbólico e legitimidades para se imprimir à fala, e por consequência, à cognição e visão de mundo de seus falantes, perspectivas de seus veiculadores. Através dessas práticas, onde se afirma um uso correto para a língua por sua história etimológica surge uma dicotomia, onde ambos os lados valem-se de desordens informacionais por propósitos políticos. Seja na busca por censurar falares, dando um

respaldo que supostamente seria dedicado a grupos oprimidos, ou manter e conversar uma postura linguística e impedir a mudança natural da língua, o que ocorre é a impressão de uma postura colonial, sob caráter civilizatório, sobre os legítimos falantes da língua do povo.

Se tratando de desordens informacionais, para Delmazo e Valente (2018), *Fake News* (um dos mais presentes arquétipos destas desordens) são veiculações que, entre outras características, relacionam suas mensagens com o domínio do poder, a autoridade, não necessariamente com a intenção de propagar um conteúdo inverídico, mas buscando obter alguma forma de benefício ou para capitalizar essa referida publicação de forma política ou econômica (DELMAZO & VALENTE, 2018, p. 153). Tais intenções seriam facilmente perceptíveis quando ao se tratar de desordens informacionais em momentos onde disputas políticas são mais evidentes, como por exemplo em tempos de eleições, mas sua percepção é mais difícil de ser visualizada em algo como a mudança de “Cuspido e escarrado” para “Esculpido em Carrara”, pois esta parece trivial à primeira vista; confere-se a visão de que ninguém teria nada a ganhar ao tentar mudar elementos da língua, o que carece de um exame mais profundo. Essa aparente inocência é parte do arcabouço em que se enquadra esse tipo de desordem informacional, ou, fazendo-se o uso justamente de expressões populares para exemplificar, “é aí que mora o perigo”.

“Os seres humanos não vivem sozinhos no mundo objectivo, nem sozinhos no mundo da actividade social tal como é normalmente entendido, mas estão muito à mercê da linguagem particular que se tornou o meio de expressão da sua sociedade. É uma grande ilusão imaginar que alguém se ajusta à realidade essencialmente sem o uso da linguagem e que a linguagem é apenas um meio incidental de resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O fato é que o ‘mundo real’ é, em grande medida, construído inconscientemente sobre os hábitos linguísticos do grupo [...] Vemos, ouvimos e vivenciamos o choro em grande parte porque os hábitos linguísticos da nossa comunidade predispõem certas escolhas de interpretação” (SAPIR apud LEE WHORF, 1941, p. 75).

Conforme a fala de Edward Sapir, a língua é um dos elementos de identidade mais

fortes de um grupo e um elemento cognitivo para a interpretação do mundo material. Em cada língua, e em cada variação dialética, há a perpetuação dos hábitos e da visão de um coletivo. Dessa forma, a linguística sempre se atrelou ao prisma político. É comum que línguas sejam usadas como argumento para a definição (ou até delimitação) de identidades nacionais, mesmo quando os elementos linguísticos definidores não se acumulam de forma suficiente para realmente separar um idioma de outro. É possível citar as línguas croata e sérvia, que são mutuamente inteligíveis por ambos os povos falantes, mas que se determinam como idiomas separados, por motivos de disputas históricas e como reforço às identidades nacionais de ambos os países, que enfrentam certa rivalidade desde a separação da antiga Iugoslávia, manifestada posteriormente na Guerra da Bósnia e Herzegovina (1992 a 1995). A exemplo, demonstrando tal cisão linguística, o idioma sérvio adotaria o uso de um diferente alfabeto, exprimindo assim maior individualidade em sua identidade. Da mesma forma, línguas como alemão e luxemburguês ou bielorrusso, russo e ucraniano possuem tamanha similaridade que, se levassem em conta apenas os fatores estritamente linguísticos, poderiam ser uma mesma língua, expressa em diferentes dialetos. O que os expressa como línguas realmente diferentes é a necessidade de demonstrar-se enquanto uma identidade política independente e única.

Uma linguagem carrega elementos de conexão do povo com sua história e seu ambiente. A comunicação oral e verbal vai, continuamente, transmitindo uma complexa estrutura de informações, que ultrapassa a literalidade nas palavras daquele idioma e vai além do contexto geográfico de sua produção, exprimindo uma ancestralidade coletiva daquele determinado grupo falante. Isso se deve ao fato de que a comunicação dá-se em camadas, onde aqueles que não fazem parte daquele contexto (geográfico e histórico) são capazes de perscrutar apenas parte da mensagem, utilizando-se somente do artifício do idioma em questão, mas incapazes de perscrutar os sentidos mais profundos desta comunicação (BELTRÃO, 1980, p. 27 a 28). Beltrão batizará este processo como “Folkcomunicação”.

Em outras palavras, a *folkcomunicação* é, por natureza e estrutura, *um processo artesanal e horizontal*, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa. (BELTRÃO, 1980, p. 28; glifos do autor).

Dentre os artifícios da linguagem do processo folkcomunicativo, Beltrão (1980) considera que neste processo, um transmissor, este completamente inserido em um determinado contexto cultural, social e local, transmite mensagens cuja compreensão total só é possível para outro indivíduo que também esteja inserido no mesmo supracitado contexto. O autor considera ainda que essa estrutura de comunicação é como um código criptografado, ao qual só se é possível decodificar por aqueles que possuem sua chave de acesso. Tal chave é a própria convivência prolongada, a imersão em nível antropológico com tais grupos, e não apenas a mera compreensão gramatical do idioma. Nessa medida, cada população possui camadas de linguagens próprias, inacessíveis ou mais distantes dos indivíduos de fora deste coletivo, e que preservam sua identidade.

A diferença entre língua e linguagem não é tema recente em discussões acadêmicas. Saussure (2012) coloca que uma língua (em seu original, *langue*) é apenas um sistema estruturado e compartilhado, um conjunto organizado, normalmente (mas não sempre) acústico, de signos que expressam ideias, permitindo que o pensamento tome forma e seja expresso a outros, como uma faculdade psíquica de classificação. Assim “a língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas, etc” (SAUSSURE, 2012, p. 52). Por sua vez, a linguagem (em seu original, *parole*) é uma característica coletiva e um produto dessa faculdade em âmbito social, onde o ato individual de falar a língua ganha forma e torna-se parte de um sistema assimilado pelas particularidades de seu cotidiano. Assim, “o conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação propostas esclarecem tudo” (SAUSSURE, 2012, p. 56). Pormenorizando, é possível então

entender a linguagem como uma aplicação prática de comunicação pelo sistema da língua, baseada em seus referenciais específicos, que por sua vez são geográficos, históricos, políticos e sociais.

A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que ele é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que é difícil separá-las. Seria a questão mais simples se se considerasse o fenômeno linguístico em suas origens; se, por exemplo, começássemos por estudar a linguagem das crianças? Não, pois é uma ideia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se sairá mais do círculo vicioso, então. (SAUSSURE, 2012, p. 44)

Dessa forma, é na aplicação presente do presente em que o passado se manifesta, nestas características quase imperceptíveis, dando base aos pontos elementares de uma identidade, que manifestando assim uma cognição específica. Toda forma de herança cultural de um povo demonstra, de alguma forma, a história pela qual este se relacionou com seus ambientes e interações passadas e isso não é diferente no que tange a língua. Conforme argumenta Saussure (2012, p. 132 a 139), ao buscar-se uma compreensão holística sobre uma língua, essa análise parte de forma tanto sincrônica quanto diacrônica, separadamente. Isso pois, no presente, mas em uma perspectiva diacrônica, constata-se mudanças por meio de processos internos, como mudanças vocálicas (palatalização de fonemas, nasalizações, contrações...) e externos, onde nota-se a influência entre os contatos do respectivo grupo com outras culturas. Em análises sócio-linguísticas, é possível também compreender influências políticas para além do pensamento tradicional deixado por Saussure, onde estas influências históricas demonstram relações cotidianas de poder gravadas na *parole*, disputas de narrativas internas àquela população em seus conflitos entre classes, em que, por aceitação ou rejeição, um modo de perpetuar a forma de agir, sentir e pensar desse grupo se imprime à língua, primeiramente pelo uso da linguagem, do cotidiano expresso nas camadas mais intrínsecas

da comunicação de grupos, onde levará tempo para emergir e, mesmo assim, possivelmente jamais se fará completamente somente no âmbito da fala.

A língua também demonstra, segundo Deutscher (2010), a forma de pensar de um povo não somente em um nível histórico e emocional (embora também o faça), mas em seu nível cognitivo, uma vez que aprendemos como pensar e como entender o próprio mundo material em que vivemos através do aparato da comunicação. Entende-se então a língua como um dos possíveis arcabouços comunicativos, que tem como unidade básica as palavras e expressões. Deutscher explica que nossa cognição é construída através da linguagem pela qual aprendemos, o que o autor apelida de “o óculos da linguística”, e, em uma relação de retroalimentação, também incluímos à língua nossa forma de interpretar o mundo; a língua e a linguagem o ensinam a pensar e o corpo falante, conforme desenvolve e modifica seus pensamentos, vai modificando (ainda que sutilmente) a língua, demonstrando sua forma de pensar, de sentir e de agir. Ainda na perspectiva do autor, palavras e expressões nascem, inicialmente, da relação dos indivíduos com o mundo material, porém se transformam e evoluem conforme suas experiências sociais e mentais destes, ao mesmo tempo que ensinam ao indivíduo sobre a forma de uma determinada comunidade, unida por laços culturais que se manifesta em conexões linguísticas, dando forma a sua percepção de si mesmos enquanto grupo e como indivíduos, suas concepções abstratas e de seu ambiente, material e simbólico (DEUTSCHER, 2010, p. 12 a 16). Isso ocorre porque arcabouços gramaticais, palavras e expressões possuem, inerentemente, uma história, que é recebida pelos falantes ainda que não tenham acesso imediato ou consciência racional de suas origens.

O estudo da origem das palavras é chamado de etimologia, um campo interseccionário entre linguística, história e antropologia, que investiga não somente a origem histórica das palavras como busca explicação e significados aos múltiplos sentidos expressos por estas, analisando seus elementos constituintes e suas relações com eventos no tempo, localidade e por comparações entre outras línguas, incluindo com a etimologia de outros grupos linguísticos. É comum que, ao buscar-se saber o verdadeiro sentido de uma expressão ou sua

forma originária de aplicação (o que não necessariamente se relaciona a uma forma correta ou incorreta), recorra-se à etimologia. A questão é que esta, bem como outros campos do saber, também vem sofrendo com propagações de desinformação, que sempre existiram, mas que se tornaram imensamente mais recorrentes na última década, com a popularização da internet. A pseudo-etimologia vem sendo utilizada e amplamente difundida através do uso de desordens informacionais, muitas vezes com propósitos políticos, e sua desinformação faz com que seja erroneamente adotada até mesmo dentro dos meios acadêmicos.

Desordens informacionais em etimologia

Desordens informacionais são, segundo a definição de Derakhshan e Wardle (2017, p. 12 a 15), “fenômenos complexos da poluição informacional”, baseados na propagação de informações falsas, mesmo que muitas vezes misturadas à informações verdadeiras, ou ainda da veiculação de informações factuais verdadeiras, todavia com um viés que propaga uma falsa perspectiva sobre tal aspecto. Galhardi (2020, p. 4203), identifica como *Fake News* “a produção e propagação massiva de notícias falsas, com objetivo de distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, desinformar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, diante de um assunto específico, para obter vantagens econômicas e políticas”. Todavia, Derakhshan e Wardle (2017, p. 12) adicionam, discordando que o conceito de propagação de falsas informações resume-se às *Fake News*, tanto pelo uso do conceito-chave (notícia), como pela forma de difusão da era da internet, que se reinventa e cria novos aspectos de retransmissão a cada notícia. Assim, os autores preferem centrar-se nos conceitos de desinformação e propagação de informações falsas ou de caráter meramente malicioso. Algo que todos estes autores têm em comum é a preocupação com os aspectos da publicação: Quem produziu, como veiculou e, principalmente, com qual intenção aquilo foi produzido, veiculado ou enviesado.

Eis que, à primeira vista, parece não haver então vantagem ou possibilidade de capitalização na veiculação de uma notícia falsa, mesmo que quando se tratando na tipologia de boato, de uma falsa origem para uma palavra ou expressão, isso invalidaria o supracitado conceito de desordens informacionais buscariam obter alguma forma de vantagens econômicas ou políticas. Isso não se mostra verdadeiro em uma análise mais profunda. A vantagem que se busca, em caráter diretamente político, é o estabelecimento de uma dominância de poder simbólico sobre o uso da língua, instituição fundamental da identidade de um grupo, garantindo também uma forma de reforçar a hierarquia de poder entre dialetos ou linguagens dentro de uma mesma língua, o que reflete disputas de posições hierárquicas entre os próprios indivíduos falantes desta língua. Da mesma forma, tais relações de poder, seja por reforço de posições dominantes ou pra mudar os patamares já estabelecidos, trazem, em algum nível, consequências mercadológicas e financeiras.

A exemplo, cita-se o caso da expressão “criado mudo”, usada para se referir ao móvel também conhecido como “mesinha de cabeceira”. No ano de 2019, uma campanha de marketing marca de móveis Etna buscava a “conscientização”, no mês de novembro, marcado por ser o mês da Consciência Negra no Brasil, sobre a suposta origem racista dessa palavra, afirmando. A marca de móveis informava que deixaria de utilizar a respectiva expressão popular como nome para o móvel e estimulava que outras pessoas passassem a abolir completamente o uso do termo “criado-mudo” e a utilizar somente o nome “mesa de cabeceira”. A justificativa, apresentada em uma entrevista ao jornal G1, como parte do lançamento da campanha publicitária, era de que “é preciso abolir o termo porque, apesar de muitas pessoas não saberem, o nome do móvel remete ao período da escravidão no Brasil, quando alguns homens e mulheres passavam dia e noite imóveis ao lado da cama para atender aos ‘senhores’” (G1, 2019). A campanha, cujo interesse mercadológico faz-se óbvio, lançou ainda a hashtag “#criadomudonuncamais”, na intenção de ganhar repercussão em redes sociais, principalmente na rede Twitter.

Neste exemplo, nota-se uma disputa por poder simbólico que visa legitimar a luta de

emancipação e empoderamento da população negra, uma minoria social historicamente marginalizada dentro da sociedade brasileira por muito tempo. Tendo em vista tal histórico de marginalização e a presença do racismo estrutural posicionado em praticamente todas as dimensões das relações sociais do cotidiano do país, seria bastante lógico supor que houvessem expressões racistas entranhadas em diversas camadas dentro da folkcomunicação deste povo, o que justifica o esforço de uma mudança interna da língua por questões políticas, demonstrando a supracitada perspectiva apresentada por Saussure (2012). E, em um cenário onde as relações se encontram intimamente conectadas às relações comerciais, explorar esse interesse de emancipação e empoderamento para ampliar vendas é, no mínimo, natural. A questão é o uso da falsa etimologia associada.

A metodologia para análises etimológicas, assim como ocorre com a metodologia historiográfica em geral, se utiliza da consulta a documentos históricos que validem perspectivas sobre seu objeto de estudo, para que se possa fazer uma conclusão sobre o mesmo. Entre tais documentos, o mais comum, e normalmente tratado como um dos mais confiáveis, é a análise de dicionários antigos, assim como de textos, como cartas e diários, de outras épocas, verificando-se então como se desenrolavam as palavras em suas aplicações cotidianas, uma vez que a linguagem necessita, obrigatoriamente, de um contexto. E neste referido caso, não há nenhum dicionário identificando tal origem à expressão “criado-mudo”. Da mesma forma, tendo em vista se tratar de uma função bastante específica (ficar parado por horas ao lado da cama de alguém em silêncio e pronto a atender qualquer pedido certamente denotaria um grau de confiabilidade muito grande naquele indivíduo), seria de se imaginar que houvessem menções gerais a essa especialização, da mesma forma como ocorriam para outras com pessoas escravizadas do Brasil imperial ou da América Portuguesa, como escravizados de ganho, mucamos, lavradores ou daqueles treinados em quaisquer ofícios específicos. Ao observar-se os artigos de jornal sobre pessoas escravizadas no Brasil imperial, compilados por Gilberto Freyre (2012), não há sequer uma menção à ocupação de “criado-mudo” ou qualquer similar. Todavia, a Enciclopédia Britânica (1911, p. 611), atribui

a origem do móvel a casas da nobreza da Inglaterra no século XVIII, tendo a expressão origem no termo correlato em inglês, “*dumbwaiter*”. “*Waiter*” é traduzido como “criado” ou “servente”, enquanto “*dumb*” pode possuir diversas traduções livres, incluindo a de alguém desprovido de fala. Por sua vez, o móvel também encontra uma nomenclatura em francês, “*serviteur muet*”, traduzível como “servente mudo”, cuja origem é atribuída pelo Escritório da Língua Francesa de Quebec como advindo de seu correlato em inglês (QUEBEC. Acesso em 07/01/2024). Ambos os casos demonstram a origem a países onde, ainda que tivessem fortíssimas relações com políticas coloniais, a escravidão de pessoas negras não foi uma realidade dentro das fronteiras de suas metrópoles, o que invalida a suposta hipótese de racismo linguístico. Por sua vez, Harper atribui a origem do termo, assim como do móvel, ao ano de 1749, como um móvel de suporte utilizado para ser coligado a elevadores que dariam acesso aos quartos da nobreza, em uma circunstância onde a mesa acaba por importar o nome do elevador; um serviço de serventes que era capaz de entregar os pedidos sem ver o que se fazia dentro dos quartos (ou quem ali frequentava), incapaz de fazer fofocas; um criado mudo (HARPER. Acesso em 07/01/2024).

É possível notar, no referido caso, que a expressão “criado-mudo” carrega, em si parte de uma história com perspectivas políticas, da adoção de um nome inglês, traduzido ao mobiliário, mesmo sem seu sentido originário, uma vez que elevadores internos em casas não foram comuns em residências brasileiras luxuosas. Tal adoção demonstra parte da influência cultural britânica e valorização do eurocentrismo visceral dos séculos XIX e XX, ao mesmo tempo que denota uma aceitação dessa estética que se perpetuou mesmo após o termo em inglês deixar de ser utilizado de forma comum (pois a mesa de cabeceira é atualmente referenciada em inglês como “*coffe table*” ou ainda “*smoking table*”), o que demonstra uma incorporação parcial de elementos que seguem uma continuidade cognitiva que caminhou de maneira diferente em relação a sua origem, ao invés de uma aceitação tácita de uma identidade completamente estrangeira e de suas continuidades; não se chama tal mobiliário de “mesa de café” ou “mesa de fumar” em português.

A narrativa hipotética sobre uma “origem escravagista” mostra-se ainda mais estapafúrdia ao imaginar o risco a que se sujeitaria alguém ao deixar um indivíduo, torturado sob o regime da escravidão, permanecer todas as noites ao lado da cama de seu torturador enquanto este dorme, e supor ainda que seria possível que essa prática tornasse-se tão comum ao ponto de nomear uma peça de mobília, sem que um número imenso de mortes de escravagistas fossem noticiadas nos documentos históricos que se tem a respeito. Ainda assim, a falsa origem etimológica ganha ampla difusão na internet, atingindo inclusive os sites de grandes empresas. Ao buscar por “criado-mudo” no site da Amazon, uma das maiores empresas em vendas online, aparece no site a mensagem, com título em negrito “Criado-mudo, não. O termo correto é mesa de cabeceira” e o texto de corpo da mensagem “Criado-mudo é um termo racista e surgiu para chamar escravos que ficavam parados ao lado da cama” (AMAZON. Acesso em 10/01/2023, às 10:06). Dessa forma, a empresa aproveita o potencial e repercussão da polêmica para atribuir a si mesma uma imagem progressista e capitalizar o combate contra o racismo e luta em favor das minorias para obter lucro imagético e, por consequência, financeiro.

Da mesma forma, a polêmica atua em discussões em diversas esferas. Na 23ª edição do programa Big Brother Brasil, um dos programas de maior audiência do país e que dispensa apresentações, um participante, Gabriel, faz uso da expressão e é “corrido” por sua colega, Marvillia, explicando-lhe a falsa origem racista do termo. O participante Gabriel prontamente pede desculpas, o que, em tal ambiente de *reality show*, busca reverter qualquer chance de dano do participante em sua imagem, uma vez que tal programa se trata de uma competição por um prêmio financeiro, disputado com base em nas preferências da audiência pelos participantes (ESTADÃO, 2023). Ao mesmo tempo, Marvillia reforça sua posição como alguém que luta por direitos sociais, o que também faz sua imagem em relação ao público. Naquele espaço ocorre então uma disputa de interesses políticos e financeiros onde uma informação etimológica inverídica se apresenta como parte do jogo de imagens. Por sua vez, jornais, como Estadão (reportagem de 18 de janeiro de 2023), O Globo (19 de janeiro de

2023) e CNN Brasil (19 de janeiro de 2023), divulgam a reportagem sobre a polêmica ocorrida no programa, consultam especialistas em língua portuguesa ou racismo linguístico e, em algumas matérias, até divulgam que se trata de uma falsa origem etimológica, mas não sem ganhar espaço de matéria sobre a notícia com a polêmica, mais uma vez conseguindo capitalizar o fenômeno de falsas etimologias.

Novamente, é importante demonstrar que, no referido caso do “criado-mudo”, há demonstração de interesse em empoderar e emancipar uma minoria racial que vem sendo, e ainda o é, oprimida historicamente durante séculos, onde o campo de disputa política recai sobre a fala. Mas nem todas as disputas etimológicas recaem sob este viés. Na verdade, seria ingênuo supor que, dada a força da etimologia para determinar as origens, e assim os usos e desusos das palavras, que por sua vez perpetuam culturas e arcabouços cognitivos, que suas polêmicas se restringiriam aos conflitos raciais e movimentos sociais, com propósitos tão nobres, ou mesmo que esse tipo de ferramental de falsificação seja recente. O que ocorre é que a mesma se sofisticou com a dinamicidade de informações que advém da era da internet, incorporando os métodos das desordens informacionais e sua necessidade por compor uma narrativa “coerente” para convencer seus leitores.

Para Derakhshan e Wardle (2017, p. 20), é possível classificar as desordens informais em tipos específicos: *Disinformation* [Desinformação], uma informação falsa, deliberadamente criada para causar danos a pessoas, grupos sociais, organizações ou instituições; *Mis-information* [Informação errônea], uma informação falsa, mas que não foi criada com intenção de causar dano; e *Mal-information* [Informação maliciosa, informação verdadeira ou baseada na realidade, mas intencionalmente usada para causar danos. Em todos os três casos, é preciso ater-se a três elementos, agente, mensagem e intérprete, ao mesmo tempo que preza-se por compreender sua intenção. Dentre os tipos, atemo-nos ao conceito de *mis-information*. Nessa tipologia, as falsas informações divulgadas não estão sendo criadas buscando induzir outros ao erro e nem são veiculadas com deliberada intenção de causar danos; Nesse evento, é mais provável que o agente comunicador esteja tomado

de uma interpretação errônea dos fatos e convencido desta, por conta de suas próprias incapacidades na arguição dos dados, erros metodológicos na verificação de suas fontes, associações incorretas durante etapas hermenêuticas, ou ainda todos esses fatores somados (Derakhshan & Wardle, 2017, p. 20).

Posteriormente, tal conteúdo “desinformante” passa a ser reproduzido e repetido, compartilhado, e ao ganhar credibilidade, passa a ser utilizado como uma premissa para a produção de novos conteúdos que, por sua vez, desenvolvem a linha argumentativa e criam, para seus receptores, a sensação de que aquela informação estaria correta, pois já a viram anteriormente em outros lugares, se apropriando e legitimando o conteúdo e seu viés, naquilo que Santaella (2018, p. 32 a 35) define como um “câmaras de eco”, afirmando que estas geram um situações de pós-verdade, onde a propagação de tais notícias desinformacionais em suas “bolhas de divulgação” encaminham seus consumidores para uma direção específica e, em suas opiniões, incontestável, de onde a simples argumentação passa a não ser mais passível para reverter.

Este conteúdo então passa por uma fase de reprodução e repetida veiculação, onde novos conteúdos passam a ser produzidos usando o conteúdo falso como premissa, o que angaria novos agentes ao processo que, convencidos do *mis-information*, se apropriam deste como uma verdade, suportam e buscam crescer legitimidade e incorporar novos elementos, suprimindo a falsificação com maior força de argumentação. Então tal audiência convence-se da mudança vocabular por sua insistência, não por potencial argumentativo, passando a reproduzir sua forma de linguagem e a “corrigir” terceiros em seu uso. Nesse sentido, o leitor que corrige a outrem ao ouvir “criado-mudo” não se satisfaz com a explicação da possível etimologia e buscará argumentos para porque a referida expressão deveria ser mantida fora de vocábulos, deslegitimando a fala tradicional daquela comunidade para usufruir do prestígio e poder político de modificar a língua.

No supracitado exemplo de “cuspidos e escarrados”, ocorre um tipo diferente de falsificação, onde tenta-se tornar a expressão popular em algo mais culto, conferindo-lhe um

aspecto originário de polidez e erudição, ao passo que, para isso, faz-se um detrimento dos verdadeiros falantes para justificar sua incapacidade de atender tal nível de sofisticação. A expressão significa que algo ou alguém é muito parecido, praticamente idêntico ou uma cópia, de outra. Essa expressão recebe a falsa versão de que seria uma corruptela de “esculpido em Carrara”, afirmando nesta que “Carrara” se refere a uma região Italiana de extração de mármore de alta qualidade, o que possibilitaria a confecção de estátuas idênticas a suas musas (PASSOS, 2018).

Desmentindo o *mis-information*, tal expressão da língua portuguesa encontra correlatos em outros idiomas, cuja a fonética tornaria impossível tal associação de localidade, mas cujo sentido mantém-se idêntico. Em inglês, vê-se “*spitting image*”, traduzido ao literal como “cuspido à imagem”, significando uma cópia idêntica (HARCOURT, 1992, p. 6918). Há ainda uma contraparte na língua francesa, “*tout craché*”, cuja tradução ao pé-da-letra seria “todo cuspido”, e também utilizada para referir-se a coisas idênticas ou muito similares. Porém, a mudança para “esculpido em Carrara” concede ao falante o referido ar de erudição ou elegância, remetendo-o ao falar de classes sociais marginalizadas. E ao propagar seu direito de “corrigir” outros sobre seus supostos erros de falar, o propagador atua como agente “civilizador” sob aqueles que imprime a imagem de incultos, incapazes sequer de compreender os meandros de sua própria língua por falta de uma educação formal. Dessa forma, a legitimidade sobre o código falado sai do acesso dos legítimos falantes, que perdem a agência sobre sua própria identidade.

Outro exemplo de argumentação pseudoetimológica, dessa vez desconectada de perspectivas raciais, é do nome do ritmo musical “forró”. O historiador e antropólogo Luis da Câmara Cascudo (1954, p. 412 e 413) explica que seu nome veio da expressão “forrobodó” e “forrobodança”, nomes dados a tipos de festas de onde se originaram o tradicional ritmo nordestino, marcadas pela dança e pelos instrumentos, indicando referências ao nome desde 1863. Todavia, um boato que se espalhou fortemente pela internet diz que a origem do nome do ritmo nordestino seria uma corruptela da expressão “*For all*”,

em inglês “Para todos”, dizendo que tal nome nasceria de festas abertas para todos os públicos e patentes militares que seriam dadas na base aérea de Natal, no Rio Grande do Norte, nos eventos do *Trampolim para a Vitória*, durante a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, uma vez que dezenas de militares, principalmente aviadores, dos Estados Unidos estiveram estacionados na região durante a época. E tal falsa etimologia chega a ser propaganda em um vídeo aulas de um curso de estudos suplementares (NOVO TELECURSO, 2008).

A versão já, por si, demonstra-se errônea, uma vez que a supracitada referência de Cascudo, além de apresentar fontes históricas, se mostra bem anterior à 2ª Guerra Mundial (1939 a 1945). Todavia, é difícil localizar a origem da falsa notícia, cuja dispersão já tem anos, assumindo o caráter próximo de boato, porém, suas intenções conseguem ser encontradas dentro do arcabouço simbólico propagado. Ao insinuar que nordestinos não teriam sido capazes de pronunciar corretamente o nome “*for all*”, imprime-se a eles a ideia de “ingenuidade”, mas que acompanha, em uma segunda camada, a imagem não somente de iletrados, mas ignorantes. Ao mesmo tempo, exporta-se a origem de um símbolo regional da região nordestina a um evento de origem estrangeira. Somadas as camadas, há uma mensagem de que não seriam capazes de ter criado propriamente sua própria identidade sem ajuda e que sequer compreenderiam em seu nome. A falsa etimologia então torna-se peça chave para comunicar uma perspectiva de desvalorização de uma legítima cultura brasileira, glorificar um perfil estrangeiro e, dentro de um panorama mais interno, criar uma falsa imagem de inferioridade intelectual à região Nordeste e seu povo. Mais uma vez, remove-se do legítimo falante a agência sobre sua própria identidade.

Legitimidade e Autoridade

Uma vez que a chave de decodificação do código de folkcomunicação, descrito por Beltrão (1980, p. 27 a 29), se encontra junto à cognição deste povo, inacessível à outrem,

mesmo que em domínio da normal culta da língua, surge como única possibilidade a estes “criadores de conteúdo” a artimanha de provar como incorretos os legítimos falantes, fazendo passar por energúmenos (que não saberiam em verdade como falar tais palavras corretamente e a teriam, de alguma forma, “corrompido-a”) ou até mesmo implicando que tal palavra ou expressão possui uma “origem secreta”, afirmando que sua essência está conspurcada por um “passado sombrio”, de forma que deveria não ser mais utilizada.

No mesmo sentido, é importante ressaltar que a compreensão de tais esforços em favor de mudanças da língua não são necessariamente o problema em questão, mas o uso de desordens informacionais para este fim. Mudanças linguísticas ocorrem a todos os idiomas e dialetos, conforme elenca Saussure (2017, p. 132 a 133), podendo ocorrer por motivos internos, físicos ou sociais, o que inclui motivos políticos. O que caracteriza o esforço como uma desordem informacional é o uso de publicações com falsos conteúdos e isso sempre se conecta aos interesses políticos do publicador, seja para empoderar uma parcela minoritária (como no caso de expressões erroneamente tratadas como preconceituosas) ou para desmerecer a herança cultural e o conhecimento de grupos marginalizados sobre sua própria fala (como no caso dos fenômenos de falsas “correções” de expressões idiomáticas).

Não seria possível citar o número de falsas etimologias que falsamente circulam pela internet em um único artigo, ou mesmo em uma dissertação completa, e examinar suas menores camadas, todavia, fica visível o seu tipo de ação e sua orientação. Seja por motivos “civilizatórios”, como ao se supor que “cuspidado e escarrado” e “esculpido em Carrara” ou para conferir empoderamento a grupos marginalizados, como no caso de “criado-mudo”, as desordens informacionais etimológicas contribuem para uma disputa política de legitimidade (ou deslegitimidades) e autoridades sobre a identidade dos falantes, ainda que não de forma definitiva, mas somativa a outros campos de disputa. Esse embate se reinventou através da internet, principalmente com o advento das redes sociais e provavelmente não está longe de acabar, pois há diversas formas de ser capitalizado e não há interesse político ou econômico para que seja combatido, principalmente por parecer, a uma análise superficial, não

representar qualquer ameaça. Ainda assim, sabe-se que isso não é uma particularidade da etimologia; o enfrentamento às desordens informacionais de qualquer tipo está longe de acabar, sendo uma área sobre a qual ainda cabem diversos estudos.

Referências:

AMAZON. Criado Mudo. Disponível em: <<https://www.amazon.com/cs?k=criado+mudo>>. Acesso em 10/01/2023, às 10:06.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

CÂMARA CASCUDO, Luis. Dicionário do Folclore Brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Ediouro, 1954.

GALHARDI, Claudia. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 25. Pp. 4201-4210, Out. 2020.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, vol. 18, Pp. 155-169, Mai, 2018.

DEUTSCHER, Guy. **Through The Language Glass**: Why The World Looks Different in Other Languages. Nova York: Metropolitan Books, 2010.

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, out. 2017.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. 11ª edição. Vol. 08. Londres: Encyclopædia britannica inc, 1911.

HARCOURT, Houghton; et al. **The American Heritage Dictionary of the English Language**. 3ª edição. Boston: Editors of the American Heritage Dictionaries, 1992.

GRAND DICTIONNAIRE TERMINOLOGIQUE. Serviteur muet. Disponível em: <<https://vitrinelinguistique.oqlf.gouv.qc.ca/fiche-gdt/fiche/17496314/servante#:~:text=Terme%20g%C3%A9n%C3%A9rique%20du%20XVIIIe,mot%20muet%20soit%20serviteur%20muet.>> Acesso em 07/01/2024, às 16:20.

ESTADÃO. BBB 23: Gabriel usa termo ‘criado-mudo’ e é corrigido por Marvilla. 18/01/2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/emails/tv/bbb-23-gabriel-usa-termo-criado-mudo-e-e-corrigido-por-marvilla/>> Acesso em 08/01/2023, às 15:07.

FREYRE, Gilberto. O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Global, 2012.

G1. Marca de móveis decide abolir termo 'criado-mudo' de seu catálogo. 21/11/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2019/11/21/marca-de-moveis-decide-abolir-termo-criado-mudo-de-seu-catalogo.ghtml>>. Acesso em, 22/12/2023, às 08h42.

HARPER, Douglas. Online Etymology Dictionary. *Dumpwaiter*. <<https://www.etymonline.com/word/dumb-waiter>> Acesso em 07/01/2024, às 08:12.

LEE WHORF, Benjamin. *Language, culture, and personality, essays in memory of Edward Sapir*. Menasha: Sapir Memorial Publication fund, 1941.

NOVO TELECURSO (2008). Curso de Inglês. Ensino Fundamental. Aula 02 de 03 – Parte 02. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wpQPae4nUX0>>. Acesso em 31/11/2023, às 12:45.

PASSOS, Raimundo. Esculpido em Carrara!. **Ordem dos Educadores Cristãos Batistas do Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://oecbb.com.br/esculpido-em-carrara/>>. Acesso em 25 set. 2023, às 20:32.

O GLOBO. 'Criado-mudo': entenda a polêmica reacendida por Marvvila, no 'BBB 23', a respeito do racismo no termo. 19/01/2023. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/televisao/bbb/noticia/2023/01/criado-mudo-entenda-a-polemica-reacendida-por-marvvilla-no-bbb-23-a-respeito-do-racismo-no-termo.ghtml>>. Acesso em 08/01/24, às 10:24.

SANTAELLA, Lucia. A Pós verdade é verdadeira ou falsa?. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. 28ª edição. São Paulo, Cultrix, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand. Nature of the Linguistic Sign and Synchronic and Diachronic Law. In: ERICKSON, P; MURPHY, L. **Readings for a History of Anthropological Theory**. 5ª edição. Toronto: Toronto University Press, 2017. Pp. 127-136.